



265ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às dez horas, o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Fiscal Cristiano Paulo Silva e os membros Adriana Zambotto Fernandes, Marcia Regina Paiva Silva e Marcus da Costa Nunes Gomes. O Presidente do Conselho Fiscal passou a palavra ao Diretor Financeiro do CaraguaPrev, que iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e elencou o único item da pauta, sendo: 1) Apresentação Avaliação Atuarial 2026, com representante da empresa Brasilis Consultoria Atuarial; 2) Prestação de Contas Fevereiro/2026; 3) Pagamento de Precatórios / Ordem Judicial; 4) Relatório de Governança Corporativa e Prestação de Contas 4º Trimestre de 2025, item 3.2.1 do Pró-Gestão; 5) Prestação de Contas 2025 e Plano de Trabalho do Conselho Fiscal 2026, item 3.2.13 do Pró-Gestão. Em seguida passou a palavra para o representante da empresa BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL, Sr. Thiago Costa Fernandes, Atuário Responsável, que apresentou o primeiro item da pauta que trata da apresentação da Avaliação Atuarial referente ao ano de 2026, data base 31/12/2025. A efetivação do equilíbrio financeiro e atuarial passa necessariamente pela utilização da Atuária, ciência que utiliza ferramentas desenvolvidas pela matemática, estatística e economia para criar modelos de previsão do comportamento dos eventos probabilísticos, com objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano. A presente avaliação atuarial tem por objetivo determinar: o nível de contribuição dos segurados e do órgão empregador; o Fundo de Previdência necessário à manutenção dos benefícios previdenciários já concedidos e a conceder, e; a Evolução Provável das Despesas e Receitas Previdenciárias demonstrada pelo Fluxo Financeiro-Atuarial. Informou que a base cadastral referente ao grupo segurado, foi considerado suficientemente completo, consistente e adequado à análise técnica atuarial, em conformidade com o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022, relativamente aos requisitos de atualização, amplitude e consistência. As hipóteses utilizadas estão adequadas ao RPPS, principalmente em relação ao crescimento salarial, taxa de juros e tábuas de mortalidade e invalidez, com aceitável oscilação dos resultados. A Avaliação Atuarial anual do exercício de 2026 contempla a Legislação e a Nota Técnica Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, considerando a Legislação Municipal vigente na data-base desta Avaliação Atuarial, assim como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e dos



pensionistas, posicionados na data base de 30/10/2025, bem como as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, posicionados na data base de 31/12/2025. O Plano de Benefícios é composto por 4.880 servidores ativos, 706 aposentados e 173 pensões. Considerando as informações da base de dados, verifica-se que a despesa atual com pagamento de benefícios previdenciários do Município de Caraguatatuba representa 26,52% da folha de pagamento dos servidores ativos. As alíquotas de Contribuição Normal vertidas atualmente ao RPPS somam 32,00% (14,00% para o servidor e 18,00% para o Município), a avaliação atuarial demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Municipal, para a formação equilibrada das Provisões para pagamento de benefícios, devem somar 24,60% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Portanto, o Plano de Custeio Normal vigente poderá ser mantido, assim o patamar desta contribuição excedente ao Custo Normal apurado foi destinado à composição do Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF. A Avaliação Atuarial apresentou redução do déficit pelo quinto ano consecutivo, sendo que, no período de 2025 para 2026, a queda superou o montante de R\$ 5.700.000,00. O Relatório de Avaliação Atuarial de 2026 demonstrou que o RPPS apresenta um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ 471.152.840,48, relativo à Geração Atual. No entanto, considerando a utilização da premissa de reposição dos segurados, observa-se um ganho atuarial de R\$ 125.233.296,42 no resultado referente à Geração Futura. Assim, o Déficit Atuarial a Equacionar do CARAGUAPREV montou em R\$ 345.919.544,06. O Município de Caraguatatuba através da Lei Municipal nº 2.749, de 21/11/2024, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R\$ 346.547.752,19. Assim, o déficit apurado (R\$471.152.840,48), menos o ganho atuarial no resultado referente à Geração Futura (-R\$ 125.233.296,42), menos o plano de equacionamento vigente (-R\$ 346.547.752,19), não há déficit a ser equacionado, recomendando a manutenção do Plano de Amortização vigente. Para apuração dos resultados da presente Avaliação Atuarial, considerado uma taxa de juros a ser utilizada para composição da meta atuarial 2026, será equivalente a 5,68%, conforme duração do passivo. A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Considerando os Fluxos Atuariais do Plano de Benefícios do CARAGUAPREV para cálculo da duração do passivo, em função dos resultados da Avaliação Atuarial 2025, obteve-se o valor de 18,11. Conforme os resultados apresentados no Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio 2026, entende-se que o Plano de Custeio apurado



na Avaliação Atuarial de 2026 demonstra viabilidade financeira e orçamentária para sua aplicação. Após a apresentação do Atuário o Presidente passou à palavra aos Conselheiros, para dúvidas ou considerações, sendo aprovado pelos Conselheiros o Relatório de Avaliação Atuarial, o demonstrativo de viabilidade do plano de custeio 2026 e o Relatório de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras. O Presidente agradeceu as explicações do Atuário e passou a palavra para a servidora Sra. Luana F. Guedes, da área de investimentos, que apresentou o segundo item da pauta que trata da Prestação de Contas do mês de fevereiro de 2026, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião que estão disponibilizadas no site do Instituto, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2026, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês fevereiro de 2026 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa e renda variável apresentaram performances positivas no mês, já os investimentos estruturados apresentaram performance negativa. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 0,91%, abaixo da meta atuarial do mês que foi de 1,10%, mas acima da meta atuarial do ano. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,70% no mês, o resultado de fevereiro veio acima do esperado pelo mercado. A inflação recente voltou a surpreender para cima, sobretudo em serviços, enquanto a atividade econômica mostra sinais de recuperação no início do ano, apoiada por um mercado de trabalho resiliente e estímulos fiscais, após desacelerar no 2º semestre de 2025. Nesse contexto, no cenário atual, o Copom deve iniciar na próxima reunião o processo de calibragem da política monetária. Ainda assim, a recente deterioração do ambiente externo, especialmente por meio do canal de energia e câmbio, elevou o grau de incerteza e reforça de que o ciclo de flexibilização ao longo de 2026 deverá ocorrer de forma gradual e cautelosa. A escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã levou a uma forte reação nos preços do petróleo, adicionando um novo fator de risco para a inflação global e aumentando a complexidade do cenário para os bancos centrais. Nesse contexto, o Federal Reserve enfrenta um ambiente desafiador. A economia americana continua relativamente resiliente, enquanto a inflação permanece



acima da meta e os riscos associados aos preços de energia ganharam relevância. Embora a atividade econômica global mostre estabilidade, ela enfrenta riscos crescentes, incluindo tensões geopolíticas, desafios fiscais e a volatilidade nos preços de energia. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a posição dos investimentos no fechamento do mês. Após apresentação, a Prestação de Contas do mês de fevereiro de 2026 passou por deliberação dos membros do Conselho Fiscal, sendo aprovada por todos os presentes. O terceiro item da pauta trata do Pagamento Precatórios / Ordem Judicial, os precatórios conforme mapa orçamentário de 2026 são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva contra o CaraguaPrev, o valor deverá ser atualizado monetariamente na data de seu pagamento, sendo aprovado pelo Conselho Fiscal o pagamento. Após a apresentação financeira passou a palavra ao servidor Sr. Natanael Norões, da área técnica, que falou sobre o quarto item da pauta que trata do Relatório de Governança Corporativa e Prestação de Contas 4º Trimestre de 2025, item 3.2.1 do Pró-Gestão e sobre o quinto item da pauta, que trata da Prestação de Contas 2025 e Plano de Trabalho do Conselho Fiscal 2026, item 3.2.13 do Pró-Gestão, sendo as minutas enviadas previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e deliberação, sendo que após apresentação foi aprovado por todos os Conselheiros presentes. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 04 de maio de 2026. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião às 10h40 minutos, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros do Conselho Fiscal.